

## GEOGRAFIA E AMBIENTE: DESAFIOS OU NOVOS OLHARES

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray<sup>1</sup>

Este texto constitui um pequeno ensaio sobre o tema ambiente no contexto geográfico. São palavras introdutórias como contribuição ao debate contemporâneo sobre: sociedade x cultura ou, mais explicitamente, cultura e modo de produção.

Partiu-se do pressuposto de que, para trabalharmos com a dimensão ambiental, é necessário que, enquanto geógrafos, situemos nossa análise de forma diferenciada em relação à Ecologia.

Geografia e Ecologia são ciências que se tornaram autônomas, mais ou menos, em torno de 1870, e que expressaram seus objetos de estudo de maneira similar, ou seja ambas buscam as conexões. Assim também, ambas se colocam como ciência de relação: a Ecologia como ciência da relação dos organismos com o meio, neste caso sua concepção é naturalista, o homem socialmente posicionado não fazia parte desta análise, concebida como Ecologia Natural, posteriormente.

A geografia, por sua vez, surge como ciência de interação entre o homem (ou a sociedade) e o meio, este último inicialmente concebido como entorno natural, daí a confusão conceitual até hoje presente, na medida em que o termo meio (proveniente da Física e posteriormente da Biologia) aporta à geografia com este significado.

Embora possa parecer diferente, o conceito de meio é correspondente ao conceito de ambiente em termos de significação, ou seja, evoca a relação do ser individual ou coletivo com seu entorno, hoje totalmente artificializado. Talvez persistam algumas exceções em escala planetária.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS. E-mail: [dircesuerte@gmail.com](mailto:dircesuerte@gmail.com)

Ambiente constitui, em nosso entendimento, um conceito no qual estão implicadas múltiplas instâncias. Vamos aqui tratar de quatro dessas instâncias: cultura, natureza, economia e política.

A cultura é produto das formas de organização dos homens em diferentes sociedades ao longo do tempo. O homem coletivo está sempre produzindo cultura. Ela é aqui entendida como “o conjunto dos modos de vida criados, apreendidos e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de uma determinada sociedade” (ABBAGNANO, 1962, p. 212). A cultura é, portanto, melhormente expressa no plural: culturas. Sociedades-culturas (LATOURET, 1994). Então, se a cultura é diversa no tempo-espço, a natureza também o é.

A natureza enquanto concepção é (*no nosso* entendimento) tudo aquilo que é produzido/organizado/reorganizado sem a intencionalidade humana, inclusive no próprio homem (sua dimensão biológica). São as coisas que compõem a superfície da terra e seu invólucro próximo e mesmo o distante. É a interação dessas coisas no espaço-tempo e se diferencia dos objetos, posto que estes são construídos com intencionalidade (SANTOS, 1997), através de projetos, de difusão de ideias, ideologias. Entretanto, a natureza é, enquanto percebida, concebida como conceito. Sendo um conceito, remete-nos a uma construção social/cultural.

Tem-se, então, uma articulação fundante entre sociedade, cultura e natureza. Sociedades produzem culturas, as representam, as praticam. O conceito de natureza, por exemplo, na sociedade ocidental, da qual fazemos parte, é entendido como externo ao homem. Paradoxalmente, fazemos parte dessa natureza, que é concebida como constituída do mundo abiótico e biótico, por vezes excluindo o homem, por vezes incluindo-o como ser biológico.

Neste contexto sociocultural, evidencia-se uma valoração da natureza. A esse respeito Alier nos diz:

Procuró evidenciar que, nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração. Há os que insistem no predomínio do crescimento econômico, na necessidade de aliviar a pobreza não mediante a redistribuição, mas com o crescimento a todo custo. (ALIER, 2007, p. 45).

Essa valoração refere-se a uma concepção que perpassa a economia e a política e é defendida pela Economia Neoclássica. Desta forma, a sociedade torna-se cada vez mais desigual e a natureza, enquanto externa ao processo produtivo, se transfigura ou

degrada-se. Emerge, assim, a questão ambiental, a questão ecológica como paradigmática na sociedade atual.

Mas para o mesmo autor “existem aqueles que, mais moderados, demandam uma valoração crematística das externalidades negativas, aludindo às análises de custo-benefício” (ALIER, 2007, p. 45).

Trata-se, neste caso, tendências econômicas contemporâneas, que incorporam a discussão sobre o ambiente e que são reconhecidas no âmbito da produção como Economia Ambiental, um campo emergente na sociedade capitalista, ou seja, a reconhecida economia verde, uma das faces do capitalismo verde. Nesta visão econômica, a natureza é internalizada ao cálculo econômico, torna-se mercadoria. Concebe-se que o crescimento econômico e o desenvolvimento técnico têm condições de reverter os processos de degradação da natureza. Para tanto, propõe-se a internalização da natureza via valoração dos recursos no âmbito da produção ou do consumo, como a água por exemplo. Neste contexto mais recursos naturais tornam-se mercadoria.

Ademais, temos aqueles que, sendo pobres e dispendo de pouco poder político, apelam, contrariamente às outras linguagens, ao discurso dos direitos humanos, ao valor da natureza para a sobrevivência humana, aos direitos territoriais indígenas e à sacralidade de alguns espaços de vida (ALIER, 2007, p. 45).

Trata-se, para este autor, da *Ecologia dos Pobres*. Esta Ecologia, por sua vez, vincula-se à Economia Ecológica, e, na discussão proposta por Alier (2007), o entendimento da problemática ambiental, nessa perspectiva, implica o reconhecimento de que os problemas ambientais, na grande maioria dos casos, consistem no que denomina de conflitos ecológicos distributivos.

Aqui é possível verificar que, no que concerne aos conflitos ecológicos distributivos, tem-se uma relação intrínseca estabelecida entre as noções de território/territorialidades e ambiente. Cabe então explicitar o nosso entendimento sobre estes conceitos. Quando a referência é o território trata-se do Estado-nação ou, de uma Formação Econômica e Social (FES) específica. Quando a referência é territorialidades, concebe-se como expressão de modos de vida que, ao mesmo tempo que podem ser individualizados, compõe uma sociedade, objetivada num território (Formação Econômica e Social) . Esta conexão se evidencia quando problematizamos a gestão ambiental. Logo, pensar o território e muitas das discussões atuais no contexto

ambiental pressupõe conceber que: as questões ambientais são, antes de tudo, questões territoriais.

Desse modo, os conflitos ambientais–territoriais são sobretudo conflitos políticos. O conceito de gestão, comumente usado no âmbito das políticas de reordenação territorial, indica a necessidade de gerir o território, de forma um tanto mais descentralizado. Propõe em algumas instâncias a constituição de comitês representativos dos diferentes segmentos sociais. Nestes casos as proposições e ou decisões na desconstrução de conflitos são, cada vez mais, mediadas pelo conhecimento técnico. A ciência colabora nesse sentido e, no caso específico da Geografia, os diagnósticos, os monitoramentos, os zoneamentos são exemplos de conhecimento técnico a serviço da política, em relação ao ambiente.

É por essa razão que se faz necessária a ampliação da visão ambiental.

Trata-se agora de pensar o território (enquanto FES) e, por isso, muitas das discussões atuais no contexto ambiental têm defendido a ideia de que estas são antes questões territoriais, na medida em que ao território, como espaço de apropriação política, se vinculam os recursos e a sociedade em todas as suas manifestações.

Como natureza, sociedade e suas manifestações no território não são homogêneas, é no território que objetivamente se manifesta o conflito. Esses conflitos, mesmo quando falamos de ambiente, estão presentes. São, em geral, nos países pobres que se manifestam mais intensamente. Assim, podemos dizer que temos disputas de uso dos recursos relacionadas às formas de valoração da natureza que, por sua vez revelam a concepção que cada sociedade atribui a esses recursos podendo ser estes valores de uso ou de troca.

Moscovici (2007), um dos fundadores do movimento ecológico na França, quando em debate com o antropólogo Robert Jaulin reconheceu que ao se destruir a natureza estamos destruindo culturas, aqui reconhecidas como as culturas oriundas das sociedades indígenas. A partir do debate com o antropólogo Jaulin, Moscovici passa a entender que ecocídio é também um etnocídio. Essas culturas em diferentes países da América Latina e, por exemplo, no Brasil coabitam o mesmo território-nação muito embora tenham “garantido” institucionalmente seus próprios territórios.

Contraditoriamente, a mesma cultura que produziu a concepção de natureza externalizada ao homem (no caso a cultura ocidental) não vê a humanidade em seu conjunto da mesma forma. Ao promover etnocídio concebe no seu ideário os homens e mulheres de outras culturas como naturalizados e, externos ao seu mundo, podendo

assim, via o poder que deriva da economia em grande escala, expropriá-los ou mesmo exterminá-los. Conforme já indicado, trata-se do que Alier (2007) denomina de conflitos ecológicos distributivos.

### **O conceito de ambiente como possibilidade analítica na Geografia**

A partir das referências iniciais deste texto, somos levados a considerar que trabalhar com a questão ambiental em Geografia, ou, dito de outra forma, trabalhar a partir do conceito de ambiente é distinto da forma de conceber ambiente ecologicamente, da forma mais comumente produzida por este campo de conhecimento.

Para ilustrar a questão, trazemos um exemplo de pesquisa do trabalho de De Paula (2013) sobre a problemática ambiental da Pesca no Delta do Jacuí/ Porto Alegre-RS.

Na leitura da mencionada pesquisa, o que fica evidente é a mudança no questionamento, uma vez que o autor não se pergunta quais os impactos dos usos da terra em relação à natureza. Assim, ao construir seu objeto de pesquisa relativo à pesca, em particular no lago Guaíba/Porto Alegre-RS, De Paula (2013) se pergunta sobre: que impactos os problemas ambientais, de longa data, presentes e reconhecidos neste lago promovem aos pescadores artesanais em relação a seus espaços de pesca enquanto atividade de manutenção de suas vidas?

Disto resulta uma inversão de análise, pois os sujeitos da pesquisa passam a ser os pescadores. São eles que informam sobre as perdas históricas que a poluição desse lago, decorrente de usos múltiplos, promove à pesca artesanal. Ao mesmo tempo, também, explicitam os conflitos com os protagonistas dos diferentes impactos: a administração pública, os empresários, os agricultores.

Esses conflitos externos à comunidade de pescadores resultam em tensões entre pescadores, cujos espaços de pesca já estavam, em certa medida, solidificados no que denominou territorialidades da pesca. Constituem estas territorialidades objetivações de modos de vida, em tensão com as políticas de Estado nas suas diferentes escalas, além de empresários e agricultores.

O mapa elaborado a partir de uma cartografia comunitária expressa essa territorialização e, ao mesmo tempo, identifica os conflitos de uso associados a cada um desses territórios de pesca (Fig. 1).

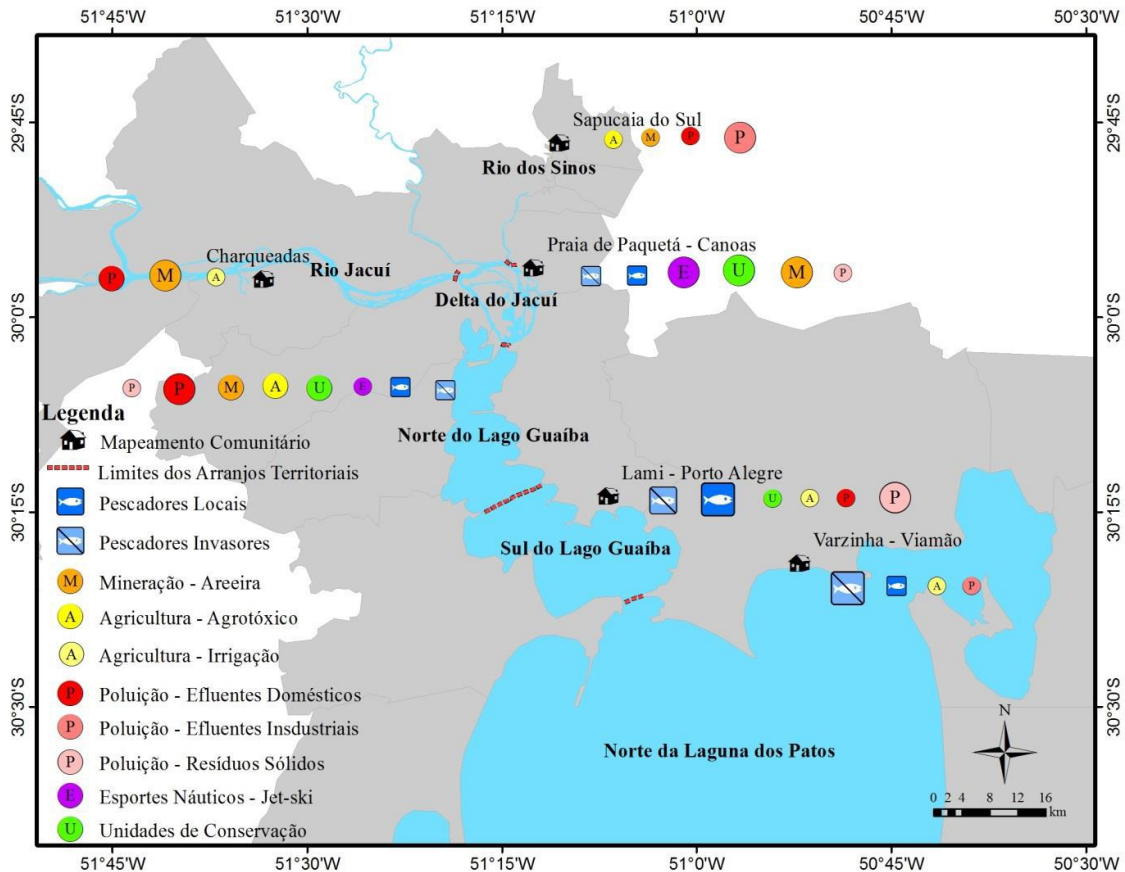


Fig. 1. Arranjos Territoriais na Área de Abrangência do Fórum Delta do Jacuí.

Fonte: De Paula 2013.

Tomando como base o conjunto de informações obtidas ao longo de sua pesquisa, conclui De Paula:

Compreendemos que existem cinco arranjos territoriais na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí e estes integram inúmeras dinâmicas territoriais dos pescadores artesanais. Contudo, são afetados em diversos graus por disputas territoriais, com mineração, agricultura, poluição doméstica e industrial, esportes náuticos, principalmente, e unidades de conservação. Os impactos ambientais das atividades econômicas têm causado o colapso dos recursos pesqueiros e o abandono de territorialidades tradicionais dos pescadores. Ainda, a extinção da pesca nesses pesqueiros tem provocado o aumento da competição entre pescadores por territórios em outras áreas. Ainda foi possível compreender que, enquanto alguns arranjos territoriais são mais influenciados por atividades econômicas, outros são palcos de disputas territoriais entre pescadores locais e pescadores de outras regiões (DE PAULA, 2013, p. 121).

Revela esta pesquisa o conflito entre as territorialidades construídas historicamente pelos pescadores e o Estado. Aqui tem-se a manifestação de uma territorialidade onde há apropriação dos recursos para manutenção da vida, pois a terra, ou no caso a água (pois são pescadores) é apropriada comunitariamente, é um bem de todos. Os

pescadores não são proprietários nem mesmo de suas moradias, têm apenas o direito de uso, uma vez que moram, pelo menos os pescadores do Delta do Jacuí, em ilhas, portanto, terras da Marinha brasileira.

Um outro estudo que evidencia na análise ambiental a imbricada relação da economia, política, natureza e cultura, é a tese de Morelli (2011), relativa à expansão do eucalipto na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. Segundo este autor:

[...] esta região, desde 2007, está sendo palco de um processo de territorialização associado a expansão da silvicultura com ênfase na monocultura do eucalipto voltado para abertura do mercado mundial. Neste processo de territorialização e de formação sócio espacial tem-se uma expressão política, uma expressão econômica e uma expressão socioambiental. (SUERTEGARAY e MORELLI, 2011, p. 22)

Morelli (2011) enfoca outra escala analítica. Ao efetuar sua análise, parte das políticas de governo para decifrar o tema, expansão do eucalipto na metade sul do Rio Grande do Sul, que emerge enquanto problema ambiental de um lado e problema de acesso à terra, de outro.

Com relação à questão ambiental decorrente da expansão do eucalipto, o autor esclarece que:

A expressão política se caracteriza pela apropriação do espaço, na tentativa, nos últimos anos, de mudança da matriz econômica da região. Esta alteração de matriz econômica revela um embate entre dois projetos econômicos distintos de apropriação territorial. Existe o projeto para intensificar a Agricultura Familiar na região e existe o projeto para transformar a região em um polo produtor de eucalipto através da implantação de bases florestais por grandes empresas do setor de papel e/ou celulose.

A expressão econômica se caracteriza pelos altos investimentos que as empresas de celulose anunciam para os locais onde desejam se instalar e desenvolver seus projetos de implantação de bases florestais com ênfase no plantio de eucalipto, para este, posteriormente servir de matéria-prima para exportação, ou uso em suas fábricas de celulose no Brasil e/ou no exterior...

A expressão sócio-ambiental se caracteriza pela expectativa gerada nas populações locais das áreas de atuação das empresas em torno de empregos, melhorias sociais e medidas mitigadoras para o ambiente através dos setores de responsabilidade sócio-ambientais das empresas (SUERTEGARAY e MORELLI, 2011, p. 22).

Por fim, demonstra que a questão ambiental, foco inicial de sua tese, além de se expressar nas três dimensões analisadas anteriormente, se integra ao que denominou expressão territorial, entendida como manifestação de conflitos políticos. Ou seja:

A expressão política, a expressão econômica e a expressão socioambiental integram a expressão territorial da questão na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza pela formação de um território contínuo e outro território descontínuo. O território contínuo se materializa pela espacialização da silvicultura com base na monocultura do eucalipto em porções contíguas da Metade Sul, caracterizadas por grandes extensões territoriais em uma determinada porção do espaço, formando um polo produtor de bases florestais com eucalipto que podem se integrar com os

territórios contíguos dos países vizinhos: Argentina e Uruguai, formando um polo de monocultura do eucalipto no bioma pampa. Esta configuração territorial caracterizada pela cooperação econômica e pela concentração de grandes extensões territoriais por um grupo de empresas do setor de papel e/ou celulose permitem a formação de oligopólios econômicos e territoriais com consequências de difícil mensuração. O território descontínuo se materializa quando transforma a Metade Sul do estado, em um território-rede juntamente com territórios na Argentina e no Uruguai, transformando o território gaúcho em um ponto-nó, que permite às empresas do setor de celulose e/ou papel estabelecerem seus fluxos com outros territórios contínuos onde estão as decisões centrais de suas atividades (MORELLI, 2011, p. 23).

A figura 2 expressa a área de abrangência desses territórios, contínuos e descontínuos e superposição, espaço e disputa por projetos políticos diferenciados e uso e concepções de natureza, também diferenciados. De um lado, as grandes empresas visando, neste caso, ao espaço para produção de espécies exóticas, concebendo a terra como meio de produção e a madeira como mercadoria, por outro, o projeto de expansão da agricultura camponesa, que tem na terra sua possibilidade de subsistência e reprodução da vida, aguardado e manifestado através da luta pela terra. Nas duas situações, política, economia e ambiente estão presentes como instâncias em conflito, na medida em que imbricada nessa disputa está presente a discussão sobre a preservação do bioma Pampa.

Esses dois exemplos, entre outros, permitem que se perceba as diferentes instâncias envolvidas nas questões ambientais e demonstram que essas disputas são sobretudo questões territoriais enquanto processo de formação econômico social, pois tanto um como outro se inserem nos conflitos contemporâneos, em território brasileiro, em relação ao uso e apropriação da terra.

No primeiro exemplo, o dos pescadores, tem-se a tensão entre diferentes protagonistas do espaço do Delta do Jacuí (usos múltiplos) e os pescadores artesanais. Enquanto que para os agricultores comerciais e empresários, solo, água, sedimentos são recursos a serem apropriados para a produção – a exemplo dos agricultores comerciais cujo principal plantio é o arroz e dos areeiros que demandam areia para a construção civil – para os pescadores trata-se da necessidade de manter as condições ambientais adequadas à possibilidade de pesca. Para estes a pesca é sua fonte de subsistência e possibilidade de reprodução de seus modos de vida, mantendo suas territorialidades históricas. De fato, estes admitem que ao se extinguir a pesca se extingue também o pescador tradicional com o seu modo de vida específico. No caso do pescador tradicional permanece, ainda que de maneira tênue, o metabolismo entre sociedade e



natureza, conforme se expressava Marx\*. A relação orgânica do pescador com a água e o peixe ainda persiste, e do desejo de manutenção desse metabolismo resulta o conflito com outras instâncias que compõem a FES brasileira.



Figura 2 - Polo Florestal no Bioma Pampa. Fonte: ZH, 27/09/2005. Fonte: Morelli, 2011.

No caso dos empresários de extração de areia, da agricultura comercial (Lago Guaíba) e mesmo a silvicultura, conforme o exemplo tratado para a metade Sul do Rio Grande do Sul, os recursos naturais, consistem em mercadoria, então, para estes o metabolismo natureza-homem há muito já foi rompido. E, ao romper-se, a natureza passa a ser entendida como outra coisa, portanto, passível de ser tecnicamente dominada e explorada. Assim é possível perceber que há, num mesmo contexto social/cultural, concepções diversas sobre natureza, sobre preservação, sobre conservação. Estas revelam uma tensão ainda presente em nossa sociedade entre comunidades tradicionais

e seus modos de vida. Embora fragilizado, o metabolismo homem e natureza ainda se mantém entre os camponeses, ribeirinhos, pescadores tradicionais, como expressões de modos de vida constituintes da FES brasileira, e assim desejam que permaneça. Para outras classes de agricultores capitalistas ou empresariais, este metabolismo efetivamente se rompeu, restando como decorrente deste rompimento a ampliação da problemática ambiental pela cada vez mais ampla necessidade de recursos à produção e à circulação.

### **Para finalizar**

Este ensaio busca reconhecer que no conceito de ambiente e na análise ambiental as instâncias da sociedade/cultura, da política e da economia estão presentes e essa presença se manifesta sob diferentes tensões. Considera-se que a concepção de natureza como o de naturezas–culturas permite uma ampliação quando se trata de análise geográfica, ao mesmo tempo que estabelece uma distinção entre a análise ecológica, mesmo sendo esta elaborada no campo da denominada Ecologia Humana.

Ao trabalhar com a dimensão da cultura, reconhece-se a diversidade do conceito de natureza. Muito embora o multiculturalismo nos permita avaliar, com base nos estudos dos diferentes modos de vida, os etnocídios, dos quais nos falamos os diferentes movimentos sociais: pela Terra, pela Água, pela Floresta, há outras dimensões necessárias para decifrar a questão fundante da crise ambiental.

Considera-se que só compreenderemos a essência do “ecocídio” se considerarmos que o espaço geográfico se forja pelo imbricado conflito entre instâncias sociais, econômicas, políticas e culturais. Estas se manifestam no território como disputas, por mais natureza como valor de troca, pelo capital, de um lado e, de outro, por mais natureza como valor de uso pelas sociedades e territorialidades originais e originárias dos lugares/territórios.

Ou seja, etnocídios/ecocídios por conta da apropriação e uso dos recursos, podem ser entendidos, conforme a definição de Alier (2007), como conflitos ecológicos distributivos.

Na essência desses conflitos está aquilo que se constitui, na lógica dialética de Marx, agora, segundo Foster (2010), a base para um possível entendimento da questão ambiental, ou seja, o conceito de metabolismo “entendido como o processo pelo qual o homem, através de suas ações medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (p. 201). Ao rompimento desta relação orgânica, Marx denominou de falha

metabólica. Tal conceito de falha metabólica constitui a essência da compreensão da separação do homem da natureza e sua progressiva alienação.

Portanto, o metabolismo, como conceito unificador do homem com a natureza, ao mesmo tempo, se constitui, pelo seu rompimento, o processo que separa o homem da natureza, gradativamente, no decorrer da história. Este movimento nos parece ainda visível, certamente, na sociedade contemporânea, manifesto na valorização da natureza, enquanto valor de uso e valor de troca tensionada pelas formas atuais de apropriação de territórios e recursos, capital e trabalho, acumulação/consumismo e sobrevivência.

Nota:

\*Maiores esclarecimentos sobre o conceito de metabolismo em Marx encontram-se em FOSTER, 2010, a *Ecologia de Marx: materialismo e natureza*.

Um agradecimento especial para Sinthia Batista pela leitura, questionamentos e sugestões desse texto.

## Referências

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

DE PAULA, C. Q. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal: fórum delta do Jacuí (RS)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 129.

FOSTER, J. B. **A ecologia em Marx: materialismo e natureza**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 418.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1994. p. 149

MORELLI, L. A. A. **Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 222 f. Teses (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 308.

Suertegaray, D. M. A. Geografia e ambiente: desafios ou novos olhares.

SUERTEGARAY, D. M. e MORELLI, L. A. A. Arenização e monocultura do eucalipto no sudoeste (SW) do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS.** n°. 14, Ano 8, Nov. 2011.